

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2019**

(Do Sr. OTACI NASCIMENTO)

Estabelece isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para as motocicletas adquiridas para utilização nas atividades profissionais exercidas nos termos da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre tais veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI as motocicletas adquiridas para utilização no transporte autônomo de passageiros e de mercadorias e documentos, nos termos que especifica, reduzindo a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre tais veículos.

Art. 2º A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 7º-A. A isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI prevista nesta Lei aplica-se às motocicletas de fabricação nacional, equipadas com motor de cilindrada não superior a cento e cinquenta centímetros cúbicos, quando adquiridas por profissional que desempenhe as atividades regulamentadas pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

Parágrafo único. Os arts. 2º, **caput**, e 3º a 7º desta Lei aplicam-se, no que couber, à isenção estabelecida neste artigo.” (NR)

Art. 3º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 28. ....

XXXVIII - motocicletas de fabricação nacional isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados nos termos do art. 7º-A da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) recentemente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação estimada para o trimestre de fevereiro a abril de 2019 atingiu o percentual de 12,5%. São 13,1 milhões de brasileiros desocupados, aos quais poderíamos agregar 4,8 milhões desalentados, que simplesmente pararam de procurar emprego, e outros 7 milhões subocupados, que trabalham menos horas do que desejariam.<sup>1</sup>

Um exército de quase 25 milhões de pessoas que precisam ganhar a vida, grande parte deles jovens, que lançam mão das alternativas que o mercado lhes oferece. O trabalho dos “mototaxistas” e “motoboys”, regulamentado pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, é uma dessas opções.

O objetivo deste projeto de lei é estabelecer isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóveis utilizados na prestação desses serviços, bem como reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do

<sup>1</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=24663&t=resultados> Acesso em 26-6-2019.

Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre tais veículos.

Com essa medida, o preço da motocicleta será reduzido, facilitando sua compra por motoboys e mototaxistas, de forma a garantir-lhes uma fonte de sustento enquanto o panorama econômico não melhora.

Entendendo como meritória a presente iniciativa, contamos com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional para o seu aprimoramento e aprovação.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado OTACI NASCIMENTO